

AS AMBIGUIDADES DAS RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS DOS SEM-TETO, O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) E OS GOVERNOS LULA

Nathalia Cristina Oliveira*

**Graduada em Ciências Sociais, Mestra em Ciência Política e Doutoranda em Ciência Política, sempre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisa Movimentos Sociais Brasileiros, principalmente os movimentos dos sem-teto, políticas habitacionais, classes sociais e capitalismo neoliberal.*

Introdução

Diante das origens e histórias entrelaçadas do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos movimentos sociais brasileiros nas décadas de 70 e 80, dentre eles os movimentos de moradia, propomo-nos aqui a refletir sobre o posicionamento e ação dos movimentos dos sem-teto frente aos dois governos petistas do presidente Lula.

Dentre as principais questões a serem analisadas destacamos as seguintes:

1. há um posicionamento semelhante dos movimentos dos sem-teto diante do Partido dos Trabalhadores e seus governos? Estamos pensando aqui na militância, no apoio às candidaturas e nas relações entre os sem-teto e os governos petistas, principalmente aos governos de Lula da Silva; 2. o governo federal petista estimulou e favoreceu a ação destes movimentos? Se sim, em que consistem essas ações? Forma de luta direta (ocupações de prédios e terrenos vazios) e/ou luta pela via institucional? e 3. qual a posição dos diferentes movimentos dos sem-teto frente ao Programa *Minha casa, minha vida*, que foi considerado pela imprensa, por estudiosos da questão urbana, por alguns movimentos sociais e pelo próprio governo como a mais importante política habitacional do governo Lula?

Para tal reflexão trataremos especificamente da posição de três dos principais movimentos dos sem-teto que atuam na Grande São Paulo. Estamos nos referindo ao Movimento de Moradia do Centro (MMC) e ao Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), ambos atuando no centro da cidade de São Paulo; e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), atuante na periferia e nas divisas das cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo.

1. Os movimentos dos sem-teto na Grande São Paulo

Antes de passarmos para a análise da relação entre os movimentos dos sem-teto, o Partido dos Trabalhadores e os governos Lula, faz-se importante explicitar nossas principais teses sobre esses movimentos¹.

Para nós, o trabalhador sem-teto se define não apenas por ser uma pessoa com uma condição socioeconômica desfavorável e não possuir uma moradia, mas também pela sua ação política, por estar participando de um movimento que tem como reivindicação principal a conquista de uma moradia. Portanto, o conceito que utilizamos aqui de sem-teto deve ser entendido em sua dimensão política e econômica. O sem-teto é fruto de condições objetivas, mas só pode ser entendido em sua amplitude quando pensamos em sua constituição enquanto agente político.

Em relação às bases sociais dos três movimentos dos sem-teto analisados, podemos dizer que estas bases são semelhantes entre si, embora internamente sejam heterogêneas, existindo grande diversidade entre os sem-teto.

Homens, mulheres, homossexuais, negros, migrantes, idosos, crianças, jovens, enfim, cada segmento das bases dos movimentos possui necessidades distintas e particularidades. Se quisermos conhecer quem são os sem-teto de fato algumas dessas particularidades não podem ser desconsideradas. Todavia, a despeito dessas particularidades, a posição dos sem-teto na estrutura produtiva é semelhante, ou seja, são trabalhadores muito pobres que vivem de bicos ou estão desempregados, e, portanto, não têm como garantir para sua família condições mínimas de existência².

Defendemos que os movimentos dos sem-teto são movimentos classistas, no sentido de que suas bases sociais são compostas por trabalhadores que se unem e que organizam a luta política em torno de um interesse material, uma reivindicação que está ligada a sua posição na estrutura produtiva. Os sem-teto reivindicam moradia porque são trabalhadores marginalizados que estão

¹ As idéias seguintes a respeito do caráter classista e da heterogeneidade de orientação político-ideológica dos movimentos estão desenvolvidas de maneira mais detalhada em minha dissertação de mestrado. Verificar Oliveira (2010).

² As crianças sem-teto (ou “sem-tetinhos”) são consideradas aqui como filhas de trabalhadores sem-teto e, portanto, compartilham do estilo de vida precário dos pais, passando por diversas carências, desde a mais evidente como a moradia até a alimentação e o lazer. Esclarecemos aqui que os sem-tetinhos não são meninos e meninas de rua. As crianças que fazem parte dos movimentos dos sem-teto não vivem sozinhas, elas estão acompanhadas de seus familiares (pais, avós, ou tios) e responsáveis.

desempregados ou têm uma renda mensal muito pequena que os impossibilita de conseguir pagar aluguel e comprar alimentos para a família. Neste sentido, trata-se de reivindicação de classe, ou seja, de uma reivindicação que está atrelada aos interesses da classe trabalhadora em redistribuir a riqueza, interesse este que se contrapõe aos interesses dos capitalistas. Na medida em que os interesses são contraditórios, surgem os conflitos e trava-se assim uma luta de classes. Ademais, entendemos que estes movimentos são classistas não só pela composição da base, mas também pela natureza da reivindicação e pela possibilidade de se travar lutas de classes.

Dessa maneira, se as pessoas fazem parte dos movimentos dos sem-teto é porque, ainda que tenham trajetórias distintas, etnias, idades e sexos diferentes, estão todos na mesma luta, ou seja, apesar de toda diversidade existente entre eles, há uma condição comum entre eles: são trabalhadores e estão todos sem-teto. O caráter de classe desses movimentos permite, portanto, que se pense sobre sua unidade.

Para aprofundar a idéia de movimento classista é preciso refletir sobre o posicionamento político dos movimentos dos sem-teto. Esta abordagem nos ajuda a compreender se a identidade de classe aparece de maneira consciente e constante entre os sem-teto. Por sua vez, encontramos diferenças nos três movimentos estudados e há, portanto, uma heterogeneidade nas orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto (Oliveira, 2010).

Para evidenciar as diferenças nas orientações político-ideológicas dos três movimentos aqui analisados, procuramos identificar suas reivindicações, objetivos e ideologias. E, para tal, partimos do que denominamos de gradações de politizações entre os movimentos dos sem-teto.

Nenhum dos três movimentos analisados se encontra no que definimos como o primeiro nível de politização. Este nível se refere aos grupos que possuem uma luta localizada para resolver interesses localizados. Geralmente, esses grupos formam “movimentos instantâneos” (de rápida formação e curta duração), são destituídos de qualquer sigla e não possuem relações com partidos políticos, nem têm uma ideologia definida. Tais movimentos são constituídos por famílias que se encontram em uma mesma situação, por exemplo, são ex-moradores de uma favela que teve os barracos queimados em um incêndio, ou ainda, moradores de um terreno ilegal que é atingido por enchentes. Então, essas famílias se unem,

momentaneamente, para resolver o problema habitacional somente daquele grupo, em uma luta corporativista sem pretensões maiores. Estes movimentos podem ser considerados como muito mais pragmáticos que os outros três movimentos dos sem-teto estudados por nós.

Ao partir da luta local para uma luta ampla, dirigida a todos que têm habitações precárias, um movimento estaria saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional estaria posto em outro nível, no nível da política de Estado, nível em que se pode pressionar um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país. Esse grau de politização é o que se encontra o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Percebe-se que este movimento tem o objetivo de lutar por moradia para todos os trabalhadores sem-teto e, para tal, luta por reformas na política habitacional. No entanto, o Movimento Sem-Teto do Centro não coloca esta discussão em termos de luta de classes e da necessidade de construção de uma identidade da classe trabalhadora e, tampouco possui objetivos mais amplos, como o de superação da sociedade capitalista.

Há ainda, um terceiro nível, onde se encontra o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Trata-se daquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e que com o bloco no poder vigente tal política não será alterada. Neste caso, os movimentos dos sem-teto passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto possui três objetivos principais. O primeiro é o de lutar pela moradia e, por isso, organiza as famílias de sem-teto em torno do movimento, realizando ocupações e lutando por políticas habitacionais para a população de mais baixa renda. No entanto, o movimento (principalmente as lideranças) acredita que o problema habitacional não será resolvido em sua magnitude se não houver reformas sociais. Aqui aparece o segundo objetivo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a saber, a luta pela reforma urbana. Neste sentido, aparecem outras lutas e urgências da população de baixa renda que não necessariamente se resumem ao problema habitacional. Assim, amplia-se a base do movimento tanto quanto a luta e o leque de reivindicações (trabalho, saúde, educação, infra-estrutura, etc.) Segundo a orientação político-ideológica deste movimento, estas reformas só poderiam acontecer de fato se mudasse o sistema

vigente e para tal seria necessário travar uma luta pelo poder. É neste sentido, em busca desta luta pelo poder político, que o movimento vai realizando um lento trabalho de politização de sua base para que, no futuro, se consiga, enfim, ter uma classe trabalhadora unida e com uma identidade de classe definida para, então, acontecer a tão esperada transformação social. Lembramos que este processo de politização dos sem-teto é complexo, vagaroso e pode ter retrocessos ao longo do caminho. O que temos por ora é que grande parte da base deste movimento está ali para conseguir a sua moradia.

Entre o segundo e o terceiro níveis estaria o Movimento de Moradia do Centro (MMC). Por que o MMC estaria entre estes dois níveis? Segundo nossa hipótese sua principal liderança e alguns coordenadores têm o tipo de consciência política segundo a qual o problema habitacional não poderia ser solucionado de maneira isolada dos outros problemas sociais e tampouco solucionado dentro do modo de produção capitalista. No entanto, muitas das outras lideranças do movimento e grande parte de sua base não possuem essa idéia e buscam, na verdade, travar uma luta política, primeira e imediatamente por habitação, podendo depois ser travada em outras áreas, como saúde e educação.

Segundo nossa hipótese, em função destes diferentes níveis de politização dos movimentos dos sem-teto e de suas orientações político-ideológicas, os movimentos encaram de maneira diferenciada suas relações com os partidos políticos, governos e Estado.

A seguir, centrar-nos-emos primeiramente nas relações entre os movimentos e os partidos políticos, para depois passarmos para a relação existente entre os movimentos dos sem-teto e o os governos Lula e sua política habitacional.

2. Os movimentos dos sem-teto e o Partido dos Trabalhadores (PT)

Durante a “Era Lula” existiram aliados dos sem-teto nos governos petistas ou aliados destes governos entre os sem-teto?

É perceptível a forte relação de companheirismo existente entre o Partido dos Trabalhadores e os dois movimentos dos sem-teto do centro analisados [o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)]. Aqui deve-se destacar a origem e a história desse partido e de como ela está entrelaçada com a história dos movimentos sociais, dentre eles, os movimentos

de moradia da década de 80, movimentos estes que originaram e influenciaram muito os movimentos dos sem-teto aqui analisados.

Ao definir o PT, Kowarick e Singer (1994: 281) dizem que “trata-se de um partido com grande número de militantes que, nos anos 80, ajudou a construir os movimentos sindicais e populares e ao mesmo tempo foi por eles construído”. É importante destacar aqui o trabalho de base que o PT realizava na periferia das grandes cidades organizando os trabalhadores pobres e estabelecendo uma relação de cumplicidade entre partido e movimento.

O Partido dos Trabalhadores aparece na cena política com um grande destaque devido a sua proposta política de vinculação entre as demandas sociais e as instituições políticas. Tal partido apresentava um discurso classista em que a classe trabalhadora deveria participar da organização e da administração pública, assim como o interesse dessa classe é que deveria ser privilegiado.

A tarefa de esclarecer a definição político-ideológica do PT é complexa. De acordo com Keck (1991), o PT “recém-nascido” se auto-definia como um partido de massas, socialista, democrático e antiestatista, mas tudo isso aparece de modo impreciso.

Martuscelli; Ferrone e Gutierrez. (2002: 251-252) afirmam que o socialismo petista é definido pela negativa, ou seja, nega-se o “socialismo real” da antiga União Soviética. Porém, a contestação de tal socialismo parece que se dá somente no que se refere à ditadura versus democracia. O PT fala de um socialismo democrático, mas não o especifica bem:

O equívoco das resoluções teóricas do partido parece residir no fato de conceber o modelo econômico e político que acabou vigorando na antiga União Soviética como socialista, quando na verdade, pode-se argumentar que predominou lá um capitalismo de Estado. Se for correta essa nossa análise, a defesa do socialismo democrático deve ser entendida muito mais como uma crítica democrática burguesa ao caráter ditatorial do regime político vigente nos países de capitalismo de Estado, do que um questionamento da dominação de classe da burguesia.

Fica assim obscuro o que seria o “socialismo petista”. Poderíamos no máximo dizer que é um socialismo democrático. Porém, o caráter democrático parece estar associado a uma democracia política e não econômica.

Kowarick e Singer (1994) demonstram que há uma mudança no discurso e no ideal petista ao longo dos anos. As eleições que eram vistas enquanto tática a fim de construir um poder popular para atingir o socialismo e a concepção

instrumental da democracia são substituídos pela democracia enquanto valor universal do sistema de governo. É fato que toda vez que o PT atenua a ênfase em seu conteúdo programático, estende sua capacidade eleitoral. Daí o PT modificar seu discurso para poder conquistar um eleitorado de classe média.

Segundo aqueles autores, teria ocorrido uma mudança não só do discurso petista, mas também uma transformação no partido, mudança que teria se iniciado já no governo municipal de Erundina, na cidade de São Paulo, no início da década de 1990. Nesta gestão já apareciam os primeiros traços do “modo petista de governar”³. De acordo com Martuscelli; Ferrone e Gutierrez, (2002: 247):

(...) o PT foi, ao longo dos anos 90, fazendo sucessivas concessões às reformas neoliberais, e encontra-se hoje defendendo uma política moderna de conciliação com o modelo neoliberal, o que não significa uma integração completa a esse modelo.

O PT abandona o discurso classista e substitui a idéia de luta de classes pela de conquista de cidadania. “O que passa a ser de interesse do partido é a formação de uma cultura cidadã na qual todos os segmentos da sociedade seriam beneficiados e contemplados, sejam eles donos dos meios de produção ou produtores direto” (Martuscelli; Ferrone e Gutierrez, 2002: 250). Há, portanto, um deslocamento no discurso e nos objetivos do PT, passando da defesa do socialismo para a ampliação da cidadania.

Essas mudanças ao longo do tempo certamente influenciaram as relações entre o PT e os movimentos sociais. Alguns desses movimentos permaneceram próximos deste partido e outros dele se afastaram. No caso dos dois movimentos dos sem-teto do centro, acima mencionados, eles mantêm proximidade com o Partido dos Trabalhadores. Muitas das lideranças mais antigas dos dois movimentos do centro são filiadas ao PT, participaram da história desse partido, compartilhando valores, ideologias e lutas e permanecem até hoje em seus quadros. Um exemplo é o caso de Gegê, uma das principais lideranças do Movimento de Moradia do Centro e da Central de Movimentos Populares (CMP), que, durante alguns anos do governo Lula, foi membro da executiva nacional do PT. Há também Manoel Del Rio, fundador e assessor jurídico do Movimento Sem-Teto do Centro e da

³ “Um partido que chega ao poder municipal para realizar uma plataforma classista termina por redescobrir valores tão pouco “ortodoxos” quanto os de moralidade pública, governo enquanto representação de todos habitantes, resgate da noção de cidadania e negociação política” (Kowarick; Singer, 1994: 304).

Frente de Luta por Moradia, que é dirigente do PT da região central da cidade de São Paulo.

O que acontece quando o Partido dos Trabalhadores passa a ser governo?

Podemos dizer que existe uma relação de proximidade entre os movimentos dos sem-teto e os governos petistas. Referimo-nos aqui tanto aos governos executivos, municipal (Erundina e Marta Suplicy) e federal (Lula), quanto aos legislativos (vereadores, deputados e senadores). Diante disso uma outra pergunta se faz pertinente: *existem aliados dos sem-teto nos governos federal e municipal ou aliados dos governos petistas entre os sem-teto?*

Lideranças do Movimento de Moradia do Centro possuem cargos de confiança de vereadores e deputados petistas de modo que esta relação caminha em direção de mão dupla. Se, de um lado, esses homens do legislativo, ao terem o apoio de importantes lideranças dos diferentes movimentos, garantem ali um terreno eleitoral profícuo, por outro lado, as lideranças dos sem-teto, ao estabelecerem e fortalecerem essa relação com os parlamentares, criam canais com as autoridades a quem devem recorrer na hora em que precisarem (em caso de prisão de lideranças ou reintegração de posse dos prédios ocupados, por exemplo).

No que se refere ao Movimento Sem-Teto do Centro, suas lideranças (muitas filiadas ao PT) indicam, através do discurso e via boletins, quem são os candidatos aos quais os sem-teto deveriam votar, pensando em quais seriam aqueles mais comprometidos com a questão habitacional e aqueles que estariam predispostos a auxiliar os sem-teto em determinados momentos, em especial quando necessitassem de algum apoio das autoridades políticas.

Há, assim, nos dois movimentos, casos de dupla militância: no partido político e no movimento dos sem-teto. Um dos casos que podemos considerar como exemplar é o de Del Rio, que além de fundador e assessor jurídico de alguns dos movimentos dos sem-teto, nas eleições de 2008 saiu como candidato a vereador pelo PT na cidade de São Paulo. Apesar de toda a campanha e esforço dos sem-teto, o advogado não conseguiu se eleger.

Em outros casos as lideranças estão mais ligadas ao executivo. Temos conhecimento de uma liderança sem-teto que, durante o governo Lula, ocupou a função de chefe-de-gabinete da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Outros dois representantes dos sem-teto trabalharam, durante a gestão municipal de Marta Suplicy, como assessores de confiança da

Secretaria da Habitação. Teríamos aqui uma tripla militância: movimento social, partido político e “ser e fazer parte do governo”⁴.

A proximidade entre lideranças e os governos petistas levam os sem-teto a pressionar mais os governos aos quais não estão ligados, como aconteceu, por exemplo, em 2004. Nesta ocasião, os sem-teto apontavam freqüentemente o governo do estado, gestão de Geraldo Alckmin (PSDB), como o principal responsável pelo problema habitacional na cidade de São Paulo. Enquanto isso, o Movimento Sem-Teto do Centro apontava, em seus boletins, que suas conquistas se deviam à luta organizada e travada pelos trabalhadores sem-teto e pela cooperação dos governos municipal e federal da época, ambos governos petistas.

Percebe-se assim que há uma relação complexa entre os movimentos dos sem-teto do centro e o Partido dos Trabalhadores. Verificamos que essa relação é ambígua e possui diversas faces. Segundo Simões (2009),

Se para o PT foi e é útil a capacidade de mobilização eleitoral dos movimentos sociais, também foi e é útil para os movimentos sociais a legenda do PT e seus parlamentares e governos – no passado, aparelhamento de movimentos sociais já existiam nos gabinetes parlamentares (não só do PT), prefeituras, etc. O sucesso eleitoral do PT não foi apenas um dano para os movimentos sociais. Muitas das estruturas conquistadas pelo PT foram fundamentais para amparar os movimentos sociais na resistência ao governo FHC, por exemplo, ou para ampliar políticas públicas reivindicadas pelos movimentos sociais nas suas administrações. Não há nada puro e isento de contradições nesta relação.

Assim, parece-nos que os dois movimentos dos sem-teto do centro possuem fortes relações com o PT já que possuem origens, histórias e lideranças que se confundem. Isso já se apresenta de diferente maneira no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Em relação a este movimento, percebemos que primeiramente havia uma relação de maior proximidade com o MST e, depois, com alguns outros partidos de esquerda que não o PT.

O fato de o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ter nascido a partir da organização, do esforço e da ideologia de outro movimento, no caso do MST, isso fez com que ambos os movimentos construíssem uma relação de cumplicidade e afinidade muito grande. As primeiras lideranças do Movimento

⁴ Tatagiba e Teixeira (2007: 86) explicam a idéia de tripla militância da seguinte maneira: “(...) sabemos que muitas pessoas dos movimentos têm uma tripla militância – movimento, partido e, quando o partido está no governo, sentem-se parcialmente governo, mesmo não ocupando cargos no poder público”.

dos Trabalhadores Sem-Teto vieram das lideranças do MST e “transportaram” do MST muitas formas de luta.

A partir do ano de 2004, os sem-teto passaram a atuar mais independentemente dos sem-terra, modificando e aprimorando inclusive algumas formas de luta para se tornarem mais compatíveis com a luta urbana. Isso, no entanto, não modifica a gênese do movimento e a grande influência que o MST possuiu sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, principalmente no que se refere à orientação político-ideológica.

É fato que o MST foi nessas últimas décadas um dos movimentos sociais mais importantes de resistência ao capitalismo neoliberal e acreditamos que estas idéias de resistência se repetem no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Um outro aspecto importante de se notar é a visão instrumentalista que o MST possui tanto da democracia quanto do sistema partidário e eleitoral. Apesar de acreditar-se que não é possível haver transformação social e o fim do capitalismo via eleitoral, as lideranças do MST acreditam que não devem ficar alheias a esses processos, daí a constatação de que este movimento sempre participou do sistema eleitoral, apoiando e, inclusive, lançando candidatos em partidos de esquerda, dentre eles o PT (Feix, 2001).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) também tem a visão segundo a qual existem limitações da política institucional para a realização de uma revolução social. Uma diferença que há, ao menos formalmente, entre os sem-terra e os sem-teto é que as lideranças sem-teto do MTST não indicam diretamente os candidatos a serem votados, já o MST o faz. Embora, nos eventos e atos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, entre os presentes, pudemos encontrar representantes políticos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), de maneira que estes são “grandes conhecidos” dos sem-teto e recebam muitos votos ali.

Se os movimentos dos sem-teto se relacionam de distintas maneiras com o Partido dos Trabalhadores, que posições eles tomaram diante dos governos petistas de Lula da Silva? Vejamos.

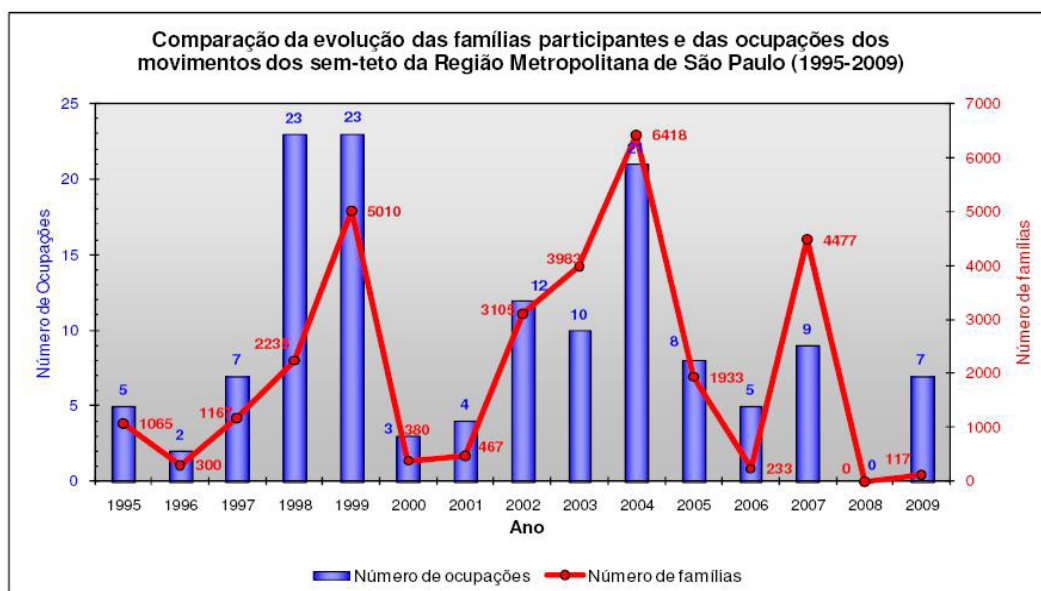
3. Os movimentos dos sem-teto diante dos Governos Lula

Como os movimentos dos sem-teto que atuam no centro da cidade de São

Paulo estão amplamente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), uma questão a ser enfrentada é se isso contribuiu para que houvesse refluxo das ocupações dos sem-teto durante os governos petistas e aqui destacamos principalmente os governos Lula⁵.

Se, por um lado, é verdade que grande parte dos movimentos dos sem-teto apóia os governos petistas e, além disso, o presidente Lula possuía grande popularidade entre os sem-teto da base dos movimentos; por outro lado, é fato que os movimentos dos sem-teto não deixaram de realizar ocupações durante os governos petistas. Isso pode ser observado no gráfico abaixo.

Figura 1



Fonte: Elaboração própria a partir de um levantamento e análise das matérias da Folha de S. Paulo nos últimos quinze anos (1995-2009)⁶.

⁵ Alertamos ao leitor que as ocupações devem ser consideradas como a forma de luta direta e radical do movimento para solucionar o problema da falta de moradia e que traz um grande embate com os governantes e os latifundiários urbanos.

⁶ Em alguns casos, a imprensa não noticiou o número total de sem-teto ou famílias participantes nas ocupações. Esta falta de dados acontece em 2 ocupações em 1998, 2 em 1999, 1 ocupação no ano 2000, 1 em 2001, 2 ocupações em 2006 e 5 ocupações em 2009.

Enfatizamos que é difícil encontrarmos dados oficiais a respeito dos movimentos dos sem-teto, suas ocupações em prédios ou terrenos e a quantidade de militantes e famílias sem-teto. Sendo assim, na tentativa de sistematização desses dados, fizemos um levantamento junto à imprensa (em especial o jornal Folha de S. Paulo) de onde foi possível retirar algumas conclusões sobre a diacronia das ocupações realizadas pelos movimentos dos sem-teto de São Paulo e sobre a quantidade de famílias sem-teto participantes. Ressaltamos, no entanto, que os dados apresentados acima devem ser considerados muito mais com um caráter indicativo, do que como uma contribuição propriamente estatística.

De acordo com nosso levantamento junto à imprensa, no ano de 2004, com a gestão petista nas duas esferas de governo (o governo municipal de Marta Suplicy e o governo federal de Lula), os movimentos dos sem-teto chegam a um de seus pontos mais altos no que se refere ao número de ocupação (um total de 21 ocupações) e ao ponto mais alto em relação à mobilização de famílias, mais de 6400.

A partir do gráfico acima, pode-se perceber que no primeiro governo Lula a imprensa noticiou 44 ocupações, enquanto que no segundo governo (até novembro de 2009) foram noticiadas apenas 16 ocupações. Tal constatação pode ter relação com o fato de que, durante o primeiro governo, se avançou mais na construção da instância de participação e controle social da política urbana e pouco se fez no âmbito do financiamento, por exemplo. Dessa maneira, a expectativa das famílias sem-teto, expectativa de poder participar dos programas habitacionais e ter, logo nos primeiros anos do governo Lula, suas moradias conquistadas, fora frustrada e a manifestação desta insatisfação pode ter vindo através da realização de ocupações.

Das instâncias de participação e controle social da política urbana criadas por Lula nos primeiros anos de governo, podemos destacar a criação do Ministério das Cidades, a construção do Conselho Nacional das Cidades e a realização das Conferências Nacional da Cidade e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

A criação do Ministério das Cidades, envolvendo as áreas da habitação, saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial, foi de grande importância, pois passou a dar um tratamento integrado à questão urbana. Mas

Apesar do avanço que se representou a criação do ministério, é necessário ressaltar que uma das suas debilidades é sua fraqueza institucional, uma vez que a Caixa Econômica Federal, agente operador e principal agente financeiro dos recursos do FGTS, é subordinada ao Ministério da Fazenda. Em tese, o Ministério das Cidades é o responsável pela gestão da política habitacional, mas, na prática, a enorme capilaridade e poder da Caixa, presente em todos os municípios do país, acaba fazendo que a decisão sobre a aprovação dos pedidos de financiamentos e acompanhamento dos empreendimentos seja sua responsabilidade (Bonduki, 2008: 97)

Outra importante medida tomada pelo governo Lula foi a construção da instância de participação e controle social da política urbana: o Conselho Nacional das Cidades e a realização das Conferências Nacionais das Cidades.

Estas conferências (realizadas no ano de 2003, 2005, 2007 e 2010) possibilitaram a discussão e elaboração de uma política nacional para as cidades, política esta que envolve de maneira integrada o governo e o conjunto de instituições públicas e privadas relacionadas com a questão urbana. Porém, Bonduki (2008: 97) alerta:

[...] a troca em 2005 do ministro Olívio Dutra, indicado pelo PT, e sua substituição por um ministro apoiado por um partido conservador da base governista, sem histórico com a luta para reforma urbana e com o programa original do governo Lula, significou um retrocesso, sobretudo na capacidade de o ministério articular uma política urbana coesa e integrada.

Deve ser destacada ainda a criação do Fundo Nacional de Moradia, que tramitou por 13 anos no Congresso e passou por reformulações até que foi aprovado como Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Esta aprovação resultou no seguinte:

[...] a existência do fundo pressupõe, embora não garanta, a alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio, o que contrariava a política de criação de superávit primário. Na lei aprovada, foi eliminada a possibilidade de o FNH agregar no seu interior um mix de recursos onerosos (FGTS) e não-onerosos (fiscais), como propunha o Projeto Moradia. O FNHIS tornou-se assim um fundo de investimento contando basicamente com recursos orçamentários (Bonduki, 2008: 98).

Apesar dos avanços ocorridos no que se refere à abertura de instâncias participativas, pode-se dizer que a política macroeconômica do primeiro governo, fortemente embasada pela ideologia neoliberal, barra o desenvolvimento e o progresso das políticas habitacionais brasileiras. Ou seja, as políticas macroeconômicas adotadas pelo governo Lula no primeiro mandato limitaram o alcance de transformações sociais às quais os movimentos sociais esperavam.

Diante do debate a respeito da adoção de uma plataforma neoliberal pelos Governos Lula e as possíveis rupturas e continuidades em relação aos Governos FHC, para não nos alongarmos demais, defendemos que o governo Lula é “social liberal” o que se define pela “manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias” (Boito, 2003).

O social-liberalismo mantém as políticas econômicas neoliberais como austeridade fiscal e superávit primário, no entanto, investe em políticas compensatórias o que traz uma redistribuição de renda de “forma superficial,

isto é, sem mexer nas raízes da concentração de renda (como a questão agrária, por exemplo)” (Sanchez, 2009). Assim, o governo Lula vai ganhando apoio e ampliando sua base entre os trabalhadores mais pobres que há muito tempo não tinham perspectiva de qualquer benefício.

A partir das políticas compensatórias, o governo Lula ainda consegue atender aos interesses de frações do capital, como por exemplo, os relacionados à construção civil e ao setor de serviços, já que essas políticas são capazes de ampliar o mercado consumidor nacional e possibilitam que a economia se expanda (Sanchez, 2009).

Embora, a principal política compensatória do governo Lula é o *Programa Bolsa Família*, gostaríamos de analisar o *Programa minha casa, minha vida*, política que está diretamente relacionada com a questão habitacional e a reivindicação dos movimentos dos sem-teto. No próximo item deste artigo, verificaremos as diretrizes gerais deste Programa e a posição dos movimentos dos sem-teto diante dele.

Por ora, voltemos nossa atenção para a relação dos sem-teto e o segundo governo Lula.

A promessa para o segundo governo era de que Lula alteraria eixos amplamente questionados durante o primeiro mandato. Nesta direção, segundo Bonduki (2008: 99-100), a questão de financiamentos se modifica a partir de 2005:

[...] houve uma substancial elevação dos investimentos, de todas as fontes de recursos, ampliação do subsídio, foco mais dirigido para a população de baixa renda, destinação crescente de recursos ao poder público e ampla captação de recursos de mercado, gerando o que muitos consideram um novo boom imobiliário.

Essa elevação dos investimentos, o amadurecimento das instâncias de participação popular construídas no primeiro governo e o maior envolvimento dos sem-teto com estas, assim como a implantação do programa “Minha casa, minha vida” - a mais importante e divulgada política habitacional da “Era Lula” - certamente contribuíram com a diminuição das ocupações durante o segundo mandato⁷.

De acordo com pesquisa realizada anteriormente (OLIVEIRA, 2010),

⁷ Os ascenso e descenso das ocupações também estão relacionados com a atuação do governo estadual e municipal. Cada caso deve ser analisado separadamente, levando em conta as dimensões estruturais e conjunturais. Como essa análise extrapola os limites deste trabalho deixamos isso indicado para um futuro estudo.

percebemos que a partir de meados dos anos 2000, os movimentos dos sem-teto, em especial os dois movimentos do centro e as entidades às quais cada um está filiado, passaram a se dedicar à luta pela via institucional, a saber, na participação do Conselho Nacional das Cidades, das Conferências Nacional da Cidade e dos Conselhos Municipais de Habitação.

A busca por se fazer presente e tomar estes espaços, principalmente os Conselhos, fez com que as lideranças e os movimentos, de modo geral, dispensassem bastante energia e tempo na luta dentro desses tramites legais. Ao buscar o diálogo com o governo via institucional e as possibilidades de formular e controlar as políticas habitacionais, estes movimentos parecem deixar em “segundo plano” a ação direta: a organização e realização das ocupações dos imóveis vazios. Embora, como vimos, isso não signifique que deixam de realizar as ocupações. Enquanto isso, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto permanece com um caráter combativo, tendo na luta direta a sua principal maneira de agir.⁸

3. Os movimentos dos sem-teto e o “Minha casa, minha vida”

O Programa “*Minha casa, minha vida. 1 milhão de casas. Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros*” foi lançado em março de 2009, como uma medida do governo brasileiro de combate a e para amenizar os efeitos da crise econômica mundial agravada em 2008⁹.

É preciso ter claro que uma política habitacional de fato leva em conta o bem estar da população e as necessidades reais das pessoas que se encontram sem moradia. Uma política habitacional tem que ser pensada juntamente com um processo de urbanização, a questão fundiária (tão importante no caso brasileiro) e as especificidades regionais. Diferentemente disso é uma política que busca aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego e aí como consequência ter-se-ia a construção de casas que ajudaria a combater o enorme déficit habitacional brasileiro. Ou seja, de um lado, está uma política que busca resultados qualitativos (o bem estar dos trabalhadores brasileiros), de outro, uma política que busca resultados quantitativos. Certamente são políticas distintas.

⁸ Para mais detalhes da análise individual de cada movimento, consultar Oliveira (2010).

⁹ Uma importante crítica do pacote habitacional é feita por Rolnik e Kazuo (2009).

Ao se observar os objetivos do pacote habitacional parece que se tenta um híbrido dos dois tipos de políticas mencionadas. Mas isto é possível?

Os principais objetivos do pacote são implementação do Plano Nacional de Habitação, construindo um milhão de moradias; aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e geração de emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil.

Sabe-se que a maior parte do déficit habitacional brasileiro está concentrado na população que recebe de 0 a 3 salários mínimos e que, como a bibliografia tem demonstrado, esta população não consegue comprar suas casas sem a ajuda do governo, pois hoje a prestação da casa própria é incompatível com a renda dessas famílias.

O pacote habitacional se propõe justamente a dar este auxílio às famílias mais pobres. Representantes do governo argumentam que irão respeitar as faixas e regiões em que se concentram os déficits, ou seja, a distribuição dos recursos se dará de acordo com o déficit. Vejamos isso melhor.

A parcela populacional que recebe de 0 a 3 salários mínimos representa 90,9% do déficit habitacional total; as famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos representam 6,7% e, por fim, a população que recebe de 6 a 10 salários mínimos representa 2,4% do déficit total.

Busca-se com o programa reduzir 14% do déficit habitacional do Brasil, construindo assim um total de 1 milhão de moradias. Se o pacote fosse respeitar, de fato, o déficit habitacional das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a quantidade de moradias a serem construídas para esta faixa deveria ser de 900 mil, no entanto, os dados apresentados foram outros: para as famílias de 0 a 3 salários mínimos serão construídas 400 mil moradias, para as famílias de 3 a 4 salários mínimos 200 mil moradias, de 4 a 5 salários mínimos 100 mil, de 5 a 6 salários mínimos 100 mil, e de 6 a 10 salários mínimos 200 mil moradias. Vê-se logo de saída que as políticas não estão tão direcionadas assim para a classe popular, para a parcela que mais precisa do investimento.

Diante deste quadro, parece-nos que não existem mudanças substanciais entre o *Programa Minha casa, minha vida* e o que já se vinha sendo proposto pelas políticas habitacionais tradicionais, a saber, a exclusão das famílias mais pobres. Que posição, finalmente, tiveram os movimentos sem teto do centro da cidade de São Paulo diante do Programa *Minha casa, minha vida*?

O posicionamento dos dois movimentos do centro frente a este Programa pode ser entendido a partir, principalmente, das ações articuladas por suas “entidades mães”. Enquanto o Movimento de Moradia do Centro é filiado à União dos Movimentos de Moradia (UMM), o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) é filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM).

Na época de pré-lançamento do Programa, a página da internet da União dos Movimentos de Moradia exibia fotos de seus integrantes em uma discussão com alguns ministros a respeito do pacote habitacional. Nessas discussões, os movimentos sociais defenderam a priorização de financiamento para as famílias de baixa renda e, ainda, apresentaram suas preocupações diante do fato de que as famílias com renda mensal acima de 5 salários poderiam obter mais financiamentos e subsídios que as famílias da faixa populacional de mais baixa renda¹⁰.

Apesar disso, parece que tais lideranças não foram ouvidas, ou se foram, não foram atendidas e as famílias que recebem acima de 5 salários mínimos mensais foram incluídas no pacote habitacional.

Um ano depois do lançamento do projeto as manifestações dos movimentos tornam-se mais contundentes. Em abril de 2010, a UMM fez uma manifestação em frente à sede da Caixa Econômica Federal, na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, reivindicando que o Programa saísse de vez do papel e que as famílias de baixa renda fossem contempladas com essa política. A UMM possuía reivindicações pontuais como a agilidade na aprovação e desburocratização dos processos. Não apareciam aqui críticas ao governo Lula ou à estrutura do Programa, apenas reivindicava-se que este fosse colocado em prática.

No final de abril de 2010, a Frente de Luta por Moradia, composta por diversos movimentos, dentre eles o Movimento Sem-Teto do Centro, realizou três ocupações simultâneas (duas no centro da cidade e uma na zona sul da cidade de São Paulo) e ainda organizou um acampamento em frente à prefeitura de São Paulo.

A carta aberta escrita pela FLM destacava que as políticas habitacionais existentes não estavam contemplando as famílias que mais precisariam de subsídio, que são as famílias que possuem renda mensal inferior a três salários mínimos. A carta ainda mencionava o que alguns analistas já destacavam na época

¹⁰ Disponível em: “Ministra Dilma e Ministro Guido Mantega debatem as medidas de habitação com movimentos”. In: www.unmp.org.br. Acessado em março de 2009.

do lançamento do Programa, a saber, a valorização e o aumento do preço das terras devido à demanda que surge com o lançamento do *Programa Minha casa, minha vida*¹¹.

Em março de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de São Paulo juntamente com movimentos de outros estados lançaram a *Jornada Nacional “Minha casa, minha luta”*, seguindo assim a estratégia de nacionalização e ampliação das bases do movimento nos diversos estados brasileiros. O início desta Jornada se deu com manifestações e ocupações em todo o país.

É fato que o nome escolhido ao pacote habitacional federal, *Minha casa, minha vida*, é bem apelativo e faz com que as famílias de baixa renda, carentes de moradia digna, principalmente os sem-teto, se identifiquem muito com o Programa. Para estas pessoas a possibilidade de obter uma moradia digna representa a esperança de se mudar de vida e de ter dias melhores. Neste sentido, o nome parodiado da Jornada de Luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, “Minha casa, minha luta” também é forte e significativo. O movimento justifica da seguinte maneira esta parodia:

Assim como acreditamos que nossa casa quem garante é nossa luta, acreditamos também que nossa vida é nossa luta; luta por trabalho, pela básica sobrevivência, luta por respeito, pela nossa dignidade, luta por educação (ao lado e apoiando os professores hoje em greve) pública, gratuita e de qualidade, nossa luta por uma cidade justa instaurada numa sociedade que não seja guiada pelo lucro a todo custo.¹²

Dentre as principais críticas que os sem-teto do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e os movimentos que integram a Frente Nacional de Resistência Urbana fazem, podemos destacar: 1. o conteúdo de mercado desse projeto, no sentido de que ele busca aquecer o mercado da construção civil e combater o desemprego e aí, como consequência, ter-se-ia a construção de casas que contribuiriam para a diminuição do enorme déficit habitacional brasileiro; 2. se o número de um milhão parece uma grande cifra, diante da demanda por moradia no Brasil ele é pequeno e coloca assim milhares de famílias a disputar um direito. De acordo com o movimento, o programa conta com 18 milhões de pessoas

¹¹ Disponível em: www.prod.midiaindependente.org/pt/red/2010/04/470412.shtml. Acessado em abril de 2010.

¹² Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/03/468714.shtml. Acessado em maio de 2010

cadastradas¹³; 3. o comprometimento maior do governo Lula com frações da classe capitalista do que com a classe trabalhadora miserável.

Depois de mais de um ano da implantação do *Minha casa, minha vida*, pode-se dizer que o Programa não está contemplando de maneira satisfatória os movimentos dos sem-teto e é criticado por esses, embora o conteúdo da crítica seja diferente entre os sem-teto.

Defendemos a tese segundo a qual esse conteúdo diferenciado da crítica ocorre devido à heterogeneidade nas orientações político-ideológicas existentes entre os movimentos e as suas conseqüentes relações com os partidos políticos, governo e Estado.

Verificamos assim que as críticas mais agudas ao governo vêm justamente do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, movimento considerado aqui no terceiro nível de politização e, portanto, mais radical e com forte ideologia revolucionária. Este movimento não denuncia apenas a burocratização e a lentidão do Programa (como faz a UMM, por exemplo) ou os seus reveses (como faz a FLM ao constatar que aconteceu um aumento do preço do terreno). O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto critica a própria formulação, objetivos e a estrutura elitista desta política habitacional.

Considerações finais

Partindo do estudo de caso de três dos principais movimentos dos sem-teto da Grande de São Paulo, procuramos, neste artigo, analisar as semelhanças e as diferenças importantes que podem ser encontradas entre estes movimentos.

Se por um lado, estes movimentos se assemelham no que se refere às suas bases, que são compostos por trabalhadores, e pela reivindicação de urgência, a saber, a moradia digna, por outro lado, os movimentos dos sem-teto possuem orientações político-ideológicas diferentes.

Notamos que a existência de diferentes orientações políticas entre os movimentos dos sem-teto permite que haja distintas relações dos sem-teto com os partidos políticos, no nosso caso o PT, com os governos de Lula da Silva e, ainda, como procuramos demonstrar no último ítem, que o conteúdo das críticas à

¹³ Disponível em: <http://www.mtst.info/?q=node/99>. Acessado em janeiro de 2010.

principal política habitacional de Lula seja diversificado.

No que se referem às relações entre os movimentos e os partidos políticos, notamos que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) é refratário ao apoio e à indicação de candidatos a cargos nas eleições, embora em seus eventos e atos estejam entre os presentes alguns políticos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Já os dois movimentos do centro, Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), parecem ter uma postura diferente. Suas lideranças indicam e realizam campanhas abertas para os candidatos que julgam ser melhores para os movimentos. Geralmente esses candidatos pertencem ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Quando passamos para a análise das relações entre os movimentos dos sem-teto e os governos petistas, notamos que dificilmente conseguiríamos responder a questão: “Durante a “Era Lula” existiram aliados dos sem-teto nos governos petistas ou aliados destes governos entre os sem-teto?”. Como vimos neste artigo, o fato da existência de dupla e tripla militância nos leva a explicações complexas com respostas ambíguas.

No que se refere à posição dos movimentos diante do governo Lula propriamente dito, pudemos notar que, dentre a maioria dos sem-teto da base dos três movimentos analisados, o presidente possuía grande popularidade e aprovação até o seu último dia de mandato. Isso, no entanto, não implicou em uma desmobilização dos movimentos dos sem-teto. Como vimos, os movimentos continuaram atuantes na luta pela moradia. Poderíamos dizer, no entanto, que o governo federal petista favoreceu mais as formas de luta pela via institucional.

Por fim, com o intuito de testar a tese da existência da diferenciação ideológica dos movimentos, tentamos demonstrar que a luta direta, por meio das ocupações de prédios e terrenos vazios, foi a forma de luta principal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. E, ainda, que foi este o movimento que teceu críticas mais agudas ao governo Lula e ao *Programa Minha casa, minha vida*.

Bibliografia

BOITO JR., Armando. “A hegemonia neoliberal no Governo Lula”. In: *Crítica Marxista*, nº 17. Editora Revan, 2003.

- BONDUKI, N. "Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula". In: *Arq.urb - Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo*. Nº1. 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acessado em novembro de 2009.
- FEIX, Plínio José. Os interesses sociais e a concepção político-ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis - MT. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. Dissertação de Mestrado.
- GUTTIERREZ, Andriei; MARTUSCELLI, Danilo; CORRÊA, Fernando. "PT, PC do B e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil. In: *Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, ano 9, nº1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- KECK, Margaret E. A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- KOWARICK, L; SINGER, A. "A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo". In: KOWARICK, L. (org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2ªed rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- NUN, José. "Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal". In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Nathalia C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. Dissertação de Mestrado.
- ROLNIK, R; KAZUO. *As armadilhas do pacote habitacional*. Disponível em: www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao-&Itemid=68. Acessado em março de 2009.
- SANCHEZ, H. "O social-liberalismo do governo Lula e os dilemas para a esquerda brasileira e os movimentos sociais. In: *Travessia Insurgente*, 2009. Disponível em: www.travessiainsurgente.blogspot.com/2009/06/o-social-liberalismo-do-governo-lula.html. Acessado em janeiro de 2010.
- SIMÕES, Renato. *A crise dos movimentos sociais brasileiros é anterior ao governo Lula*. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. 2009. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=20132. Acessado em novembro de 2009.
- TATAGIBA, L; TEIXEIRA, A. C. "O papel do CMH na política de habitação em São Paulo". In: CYMBALISTA, R. ET AL. *Habitação: controle social e política pública*. Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; 31. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.